

# **A influência dos tratados de arquitetura na formação ideológica da renascença italiana**

Leandro Manenti<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Arquiteto e Urbanista (UFRGS/1997), Mestre em Arquitetura (PROPAR-UFRGS/2004),  
Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Feevale.  
E-mail: leandro@feevale.br .

## **Resumo**

O presente texto procura analisar os tratados de arquitetura produzidos no Renascimento italiano como forma de afirmação da ideologia dominante do período. Através de uma contextualização do período sob os aspectos sociais, econômicos e culturais, procurou-se identificar o meio onde estes textos foram produzidos, e através da leitura, focada no objetivo acima exposto, identificar os pontos relevantes que demonstram aspectos de cunho ideológico.

## **Palavras-chave**

Tratados de arquitetura; Renascimento Italiano; ideologia.

# Abstract

The present text tries to analyze the architecture treaties produced in the Italian Renaissance as form of statement of the dominant ideology of the period. Through a study of the context of the period under the social, economical and cultural aspects, it was tried to identify the context where these texts were produced, and through the reading, focused in the objective above exposed, identify the relevant points that demonstrate aspects of ideological stamp.

# Keywords

Architectural treatise; Italian Renaissance; ideology.

# Introdução

O presente texto propõe-se a identificar a influência que os tratados de arquitetura, produzidos no Renascimento italiano, tiveram na formação e manutenção da ideologia dominante do período. Entendendo por ideologia como sendo o conjunto de idéias criadas e difundidas com o intuito de legitimar a supremacia de um grupo sobre os demais.

Antes de tudo, porém, é preciso que se esclareça minha posição sobre a natureza da arquitetura: entendo-a como sendo um produto cultural, indissociável do meio onde está inserida e de quem a concebeu, seja através de um projeto ou do conhecimento advindo da tradição. Em um primeiro momento, poderia dizer que a arquitetura reflete a cultura de um povo, assim como afirmou Eugene Raskin: “Quando o arquiteto coloca seu lápis sobre o papel, ele está fazendo mais que projetar um edifício. Ele está descrevendo sua sociedade para si mesmo e para o futuro” (RASKIN apud SILVA, 1994, p.173). Porém, acredito que ela também possui autonomia para trazer novos conceitos e transformar a sociedade na qual está inserida, pois como afirmei anteriormente, a arquitetura está ligada não somente ao meio, mas também a quem a concebe, ou seja, um indivíduo ou grupo com interpretações particulares da realidade, pois como escreveu Elvan Silva:

[...] há mais que uma descrição nesse processo: há, igualmente, uma operação hermenêutica, há uma interpretação da sociedade, e do contexto onde a mesma está inserida. Tais descrição e interpretação, naturalmente, serão marcadas pela ótica de quem a elabora [...] (SILVA, 1994, p.173).

Neste sentido, é importante caracterizar a sociedade e o período histórico que estarei revisitando, bem como os personagens e suas interpretações pessoais, procurando identificar como contribuem para a formação ideológica da renascença.

## O contexto italiano no século XV

Passado o período de retração econômica e de esvaziamento das cidades na Alta Idade Média, a Europa ocidental chegou ao século XII bastante transformada. Com a reorganização da economia, baseada no comércio incentivado pelas peregrinações e cruzadas, e a estabilidade política, deu-se o surgimento de novas cidades, os burgos, e com elas uma nova classe social, os burgueses, comerciantes que no decorrer dos séculos XIII e XIV se afirmaram no poder dessas cidades, chegando no século XV ao seu auge, como nos exemplifica a família Medici, em Florença.

Com o intuito de legitimar seu poder, não mais baseado na propriedade da terra como no caso da aristocracia tradicional, a burguesia apresentou-se como uma classe afortunada que enriqueceu pelo trabalho e pela competência, abrindo assim o caminho para a ascensão social baseada no conceito de genialidade, isto é, teoricamente qualquer um competente em sua arte poderia tornar-se membro da corte. Arnold Hauser nos explica que:

As cortes italianas do Renascimento se distinguem, pois, das medievais já por sua composição. Acolhem em seu círculo a aventureiros afortunados e comerciantes enriquecidos, humanistas plebeus e artistas descortesios, exatamente como se fossem todos pessoas de sociedade [...] (HAUSER apud PATETTA, 1984, P.116).

A burguesia, inteligentemente, se servia de todos que lhe fossem úteis, e procurava impressionar o povo com o seu refinamento e erudição, incentivando a produção e o consumo dos produtos artísticos.

Outro ponto importante na legitimação deste poder burguês consiste na construção de um passado baseado no período imperial romano. E, neste sentido, a relação da burguesia com a intelectualidade humanística foi importantíssima, pois foi a partir de Petrarca que com sua periodização da história em “bela Antigüidade”, idade obscura e renascimento moderno, que se estabeleceu a compreensão de que se vivia em período novo, que consistia em uma retomada do desenvolvimento após um período de transição. Assim, com a liderança da burguesia, e baseados no pensamento humanista, os principados italianos buscaram retomar o seu lugar de projeção, espelhados em seus ancestrais romanos, negando o período medieval, relacionando-o com povos bárbaros invasores.

Em uma jornada de auto-valorização e construção de uma identidade nacionalista, como esta ocorrida no Renascimento, é comum a rejeição ao passado próximo, considerando-o ultrapassado. Neste caso, toda aversão se voltou para o Gótico, associado a povos estrangeiros, e ficou registrada em vários escritos da época. Em seu tratado, Filarete escreveu:

Rogo a todo o mundo que deixe passar este costume moderno (o gótico). Não vos deixe aconselhar por estes mestres que usam esta prática. Que maldito seja quem a trouxe. Creio que deve ter sido gente bárbara que a conduziu até a Itália (FILARETE apud PATETTA, 1984, P.110).

Rafael, em uma carta ao papa Leão X diz:

Nos arreponderemos dos Godos, dos Vândalos e de outros pérfidos inimigos da reputação latina... Roma foi arruinada e inutilizada pelos Godos... Os edifícios da época dos Godos carecem de qualquer graça, não têm estilo algum, são diferentes dos antigos e dos modernos (renascentistas). (RAFAEL apud PATETTA, 1984, P.110).

Giangiorgio Trissino, por sua vez, escreveu um poema denominado *L'Italia liberata dai Gotthi*, onde um anjo chamado Palladio liberta a Itália dos Godos. Andrea Palladio, cujo pseudônimo foi extraído deste poema, também manifestou sua posição perante o gótico ao escrever:

Eu sempre defendi a opinião que os antigos Romanos, assim como em muitas outras coisas, superaram em muito também a todos aqueles que vieram depois deles em construir bem, eu elegi como meu mestre e guia Vitruvius, que é o único escritor antigo na sua arte. (PALLADIO, 1998, p.5).

Sebastiano Serlio, outro importante tratadista do Renascimento, comenta sobre os arquitetos que não faziam o uso racional da geometria como forma de reger o projeto:

[...] todos aqueles que uma vez trabalharam sem ela (geometria), mas que vieram a entender um pouco a respeito da arte mais tarde [...] admitem que todas as edificações as quais eles planejaram e construíram sem geometria careciam de alguma teoria qualquer, e eram arbitrários e fortuitos. [...] guiados por suas próprias opiniões e pelo que agradava aos olhos, eles continuam a construir seguindo os traços de outros que construíram sem teoria. É daí que vem a desproporção e a pobre correspondência que podem ser vistas surgir em muitas edificações [...] (SERLIO, 1996, p. 5).

Mas por outro lado regozija-se em constatar que “[...] a bela e útil arte da arquitetura nestes tempos retornou às alturas que alcançara na era feliz dos inventores Romanos e Gregos da bela arte [...]” (SERLIO, 1996, p. 97).

Através destas diversas manifestações podemos constatar como se deu a construção desta identidade italiana na renascença, que através dos humanistas fundamentou a mudança total no pensamento e na cultura produzida neste período.

Esta escolha de um passado, onde basear suas aspirações de poder, não é exclusividade da burguesia, pois a retomada do poder papal como ente aglutinante de toda a Itália, representou o auge deste sistema. O que na verdade não deixava de representar duas faces de uma mesma moeda, pois os Papas agora eram de famílias burguesas.

A noção de Roma como a cidade-capital representativa deste período trouxe maciços investimentos em reformas e reconstruções na cidade eterna, levando Roma a tornar-se, após Florença, no pólo irradiador da nova cultura, concentrando em seus domínios os artistas e pensadores patrocinados pelo mecenato papal. Neste sentido, a arquitetura antiga teve um papel fundamental, pois como afirma Choay: “um novo clima intelectual se desenvolve em torno das ruínas antigas, que doravante falam da história e confirmam o passado fabuloso de Roma” (CHOAY, 2001, p. 31).

A convivência dos artistas com os pensadores humanistas levou ao que Krautheimer chamou de uma “impregnação mútua”, e que Choay explica:

Durante as décadas de 1420 e 1430, travar-se-ia um diálogo sem precedentes entre artistas e humanistas. Os primeiros formam o olhar dos segundos, ensinando-lhes a ver com outros olhos. Por sua vez, estes últimos revelam aos arquitetos e aos escultores a perspectiva histórica e a riqueza da humanitas greco-romana, cujo conhecimento faz que sua visão das formas antigas adquira uma acuidade e uma profundidade inéditas. (CHOAY, 2001, p. 49).

Esta nova dimensão da formação dos artistas e sobretudo dos arquitetos, que abandonaram as corporações de ofícios e passaram a receber uma educação teórica humanística, levou a necessidade de, além de produzir arquitetura, teorizar sobre ela. Estes arquitetos preocuparam-se em reunir o conhecimento necessário para a sua prática e em estabelecer critérios para sua excelência. E, desta forma, produziram uma teoria para justificar a nova prática.

Esta teoria teve um modelo bastante característico: o tratado. Baseados no exemplar de Vitruvius, vários arquitetos se dedicaram a produção de tratados de arquitetura, que além de reunirem os conhecimentos da profissão, que anteriormente eram preservados dentro das guildas<sup>2</sup>, destinavam-se também a propagandear o novo modo de fazer arquitetura e o pensamento humanista, contribuindo também para a consolidação da ideologia de dominação burguesa, através de uma arquitetura civil e urbana, caracterizada por elementos simbólicos de prestígio e por regras matemáticas compreensíveis aos poucos eruditos. Brandão explica que:

Através do tamanho, da composição formal geométrica e da utilização das ordens clássicas, o edifício define e expressa a posição e o poder da família que o habita, no novo e mais amplo contexto burguês característico da cidade renascentista. (BRANDÃO, 2001, p. 79).

---

<sup>2</sup> Associações medievais que reuniam indivíduos com interesses profissionais comuns em busca de proteção e mútua assistência.

Deste modo a arquitetura se insere no contexto renascentista respondendo com formas significativas às aspirações da classe dominante. O palácio renascentista, como explica Norberg-Schulz *“se apresenta como uma manifestação da 'cultura' que forma a base da autoridade aristocrática”* (NORBERG-SCHULZ, 1999, p. 119). Porém, os arquitetos não se restringiram apenas a responder com projetos às demandas do período, mas inserem-se como pensadores e contribuintes para a difusão e aperfeiçoamento da ideologia burguesa a que estavam incorporados.

## Os tratados de arquitetura

O pensamento humanista, que segundo Panofsky tinha a missão de “transformar a caótica variedade de registros humanos no que se poderia chamar de cosmos da cultura” (PANOFSKY apud BRANDÃO, 2001, p. 71), levou os arquitetos do Renascimento a acreditarem que a arquitetura, assim como as demais artes, estava submetida a uma ordem ideal, expressão da racionalidade humana. E no intuito de sistematizar e transmitir esta ordem, nascem os tratados de arquitetura. Porém, assim como em qualquer outra manifestação cultural, carregam dentro de si também os traços da ideologia que os mantêm.

O primeiro humanista a escrever um tratado de arquitetura no Renascimento, Leon Battista Alberti, o fez em Latim, o que por si só já demonstra claramente que este se destinava à classe burguesa dominante, ansiosa por erudição, e não a arquitetos. Para Alberti, a arte de construir “nasce da necessidade, se mantém pela conveniência, se dignifica pelo uso” (ALBERTI, 1989, p. 24), sendo que a conveniência é a adequação da edificação ao seu propósito existencial, utilitário ou simbólico, pois como o autor explica: “(...) tudo é melhor quando adequado a sua própria importância” (ALBERTI, 1989, p. 292), ou ainda em outro trecho:

[...] alguns prédios são apropriados para a sociedade como um todo, outros para os cidadãos mais importantes, e ainda outros para os cidadãos comuns. E ainda, entre os cidadãos mais importantes, aqueles presidindo conselhos requerem edifícios diferentes daqueles envolvidos na execução das decisões ou daqueles dedicados em acumular riquezas. (ALBERTI, 1989, p. 94).

Com isto, o que Alberti está reforçando é que há uma hierarquia social que deve ser mantida. Segundo ele:

Se alguém quer dividir a humanidade em categorias, [...], tendo observado o exemplo da própria natureza, os grupos deveriam ser distinguidos uns dos outros de acordo com as características as quais separam os indivíduos.

Não há aspecto no qual o homem difira mais de outro, que aquele que o diferencia tão notadamente dos animais: o seu poder da razão e seu conhecimento das nobres artes, e também, se você quiser, sua prosperidade e boa fortuna. Poucos mortais se destacam e se sobressaem em todos estes dons ao mesmo tempo. Aqui aparece a primeira distinção: poucos indivíduos se sobressaem de toda a comunidade, alguns deles são conhecidos por sua sabedoria, bons conselhos, e engenhosidade, outros bem conhecidos pelas suas habilidades e experiências práticas, e outros famosos por sua riqueza e prosperidade. Quem os negaria os mais importantes papéis dentro do estado? E então a estes homens de incrível habilidade e grande percepção deveria ser confiado os cuidados do governo. (ALBERTI, 1989, p. 93).

Estabelecidas estas diferenças sociais, o que a arquitetura tem a fazer é, dentro do conceito de conveniência, demonstrar isto claramente, servindo como instrumento de distinção do cidadão:

Preciso eu mencionar aqui não somente a satisfação, o prazer, mas até mesmo a honra que a arquitetura trouxe aos cidadãos em sua pátria ou fora dela? Quem não se gabaria de ter construído alguma coisa? Nós até mesmo nos orgulhamos se as casas em que moramos foram construídas com um pouco mais de cuidado e atenção que o usual. Quando você constrói uma parede ou pórtico de grande elegância e o adorna com uma porta, colunas, ou telhado, bons cidadãos aprovam e expressam alegria por eles, bem como por vocês, porque percebem que você usou sua riqueza para aumentar muito não somente sua própria honra e glória, mas também da sua família, seus descendentes, e de toda a cidade. (ALBERTI, 1989, p. 4).

Andrea Palladio, também se refere ao conceito de conveniência: “há três coisas em todas as edificações (como Vitruvius diz) que devem ser consideradas, sem as quais ninguém merece crédito; elas são utilidade ou conveniência (commodità), durabilidade, e beleza” (PALLADIO, 1998, p.6), e explica: “haverá Conveniência quando a cada membro é dada sua posição apropriada, bem situado, não menos do que requer a dignidade nem mais do que a utilidade requer” (PALLADIO, 1998, p.7).

Para Palladio uma edificação deve representar o status do proprietário, que conforme sua posição social deverá dispor de espaços diferenciados, segundo ele:

Podemos descrever como satisfatória (commodo) uma casa que seja apropriada ao status (qualità) da pessoa que terá que viver nela e a qual as partes correspondem ao todo e umas às outras. Mas sobre tudo o arquiteto deve observar que (como Vitruvius diz os Livros I e VI), para grandes homens e especialmente para aqueles em funções públicas, casa com loggias e halls ornados e espaçosos serão necessárias, para que aqueles que esperam para saudar o mestre da casa ou para pedir-lhe alguma ajuda ou favor possam passar seu tempo agradavelmente nestes espaços; similarmente, edificações menores de menos custo e ornamento serão apropriadas para homens de status menor. (PALLADIO, 1998, p.77).

No que diz respeito aos projetos, Palladio dá conselhos de como dignificar uma edificação: “[...] quando construímos devemos posicionar as partes mais importantes e de prestígio totalmente visíveis e as menos bonitas em posições ocultas o mais longe dos olhos possível [...]” (PALLADIO, 1998, p.78).

Sebastiano Serlio, também se refere à conveniência:

Os antigos dedicavam as edificações aos deuses, combinando-os com suas naturezas, robustos ou delicados, consecutivamente [...]. Entretanto, modernamente me parece que o procedimento deve ser diferente, mas não muito distante dos antigos. O que quero dizer é que, seguindo nossos costumes cristãos, eu dedicaria (tanto quanto eu poderia) edificações sagradas, de acordo com seus tipos, a Deus e aos seus santos, e eu daria às edificações seculares, tanto públicas quanto privadas, aos homens de acordo com suas categorias e profissões. (SERLIO, 1996, p. 254).

Ele constata que: “[...] os elementos da utilidade (commodità) se transformaram em ornamento para demonstrar o bom gosto e também a riqueza do cliente [...]” (SERLIO, 1996, p. 273). Em seu tratado, o livro dedicado às habitações reflete a organização social da época, como ele mesmo explica:

No sexto livro nós discutiremos todas as habitações que são de costume hoje, começando com a mais humilde cabana ou o que chamamos de choupana, e crescendo de categoria em categoria até o mais suntuoso palácio para um príncipe, ambas a Villa e a casa da cidade. (SERLIO, 1996, p. 253).

Serlio chega inclusive a prever casos de reformas em edificações existentes para adequá-las aos novos princípios: “Poderá por acidente, um cidadão, ou outro rico personagem, ter duas casas velhas; [...] e gostaria de destas duas fazer uma, ou ao menos a fachada da rua, porque é muito nobre” (SERLIO, Livro VII).

Tudo isto contribuiu para formar uma visão de que a arquitetura devia corresponder às novas demandas sociais, exigindo, portanto, que as edificações existentes fossem substituídas ou reformadas. Para estimular esta transformação, era necessário criar uma espécie de desafio, ou estímulo, para que estas operações se concretizassem. Flavio Biondo, por exemplo, escreveu:

[...] hoje nem Roma, nem Veneza, nem Gênova, nem Florença, nem Milão, nem Nápoles, nem Siena, nem Bolonha, nem alguma outra mais rica e mais famosa cidade na Itália, tem cidadão algum que possa igualar-se nem na grandeza, nem na magnificência, nem no esplendor, nem na ornamentação de uma casa [...] àqueles cidadãos antigos romanos. (BIONDO apud PELLECCCHIA, 1992, p. 377).

Alberti, por sua vez, disse que “[...] devemos esforçar-nos para produzir nossas próprias criações, para rivalizar, ou se possível, superar a sua glória” (ALBERTI, 1989, p. 24).

A partir destes escritos foi lançado um modelo de arquitetura, dentro da crença humanística e platônica de que haveria uma arquitetura ideal que deveria ser seguida. Modelo este o qual a vaidosa burguesia renascentista se esforçou para acompanhar, contratando arquitetos *alla antica* capazes de produzir esta nova arquitetura baseada nos antigos romanos. Sob certo aspecto, os tratados não deixaram de ser uma forma de propaganda destes mestres.

## Considerações finais

Ao afirmar que a arquitetura é um produto cultural, e após contextualizar a sociedade dos séculos XV e XVI, fica claro o porquê do surgimento dos tratados de arquitetura, bem como também dos tratados em outras áreas: reunir, sistematizar e difundir o conhecimento como uma forma de justificar a nova prática que correspondia aos novos anseios da sociedade burguesa. Baseados no pensamento humanista, que cria na possibilidade de reger tudo e todos racionalmente, os tratados de arquitetura aparecem naturalmente.

Por outro lado, apesar de serem um reflexo desta sociedade, os tratados exprimem, através de seus autores, interpretações particulares que contribuíram para a afirmação deste sistema político e social que estava se instalando. Como afirma Christine Smith, podemos

identificar duas posições entre os tratadistas: por um lado, “a recuperação da Antiguidade Clássica e a definição da igreja ideal, da cidade ideal, e do estilo ideal são preocupações evidentes em Manetti, Francesco di Giorgio, Raphael, Serlio, Vignola, Vasari e Palladio” (SMITH, 1992, p. 71), e por outro, a crença em que “a cultura tem que crescer e mudar” (SMITH, 1992, p. 71), mais presente em Alberti. Cada autor, de maneira mais ou menos radical, contribuiu para a afirmação deste modelo de arquitetura que deveria ser seguido, colocando-se sempre como agentes capacitados para a realização deste fim.

O importante é verificar que, dentro de um conceito dinâmico de cultura, o que aconteceu foi um processo dialético, onde uma nova demanda social produziu novos produtos culturais: os tratados renascentistas; que por sua vez, ajudaram a transformar a própria sociedade que os criou através da contribuição individual de seus autores. E foi nessa passagem, do geral para o particular e vice-versa, que esses discursos ideológicos foram criados, aprimorados, difundidos e transformados em verdades aceitas e acreditadas, sem nenhum questionamento a respeito de seus porquês.

## Referências bibliográficas

- ALBERTI, Leon Battista (1989). **On the art of building in the books**. Cambridge: The MIT Press.
- BRANDÃO, Carlos A. L. (2001). **A formação do homem moderno vista através da arquitetura**. Belo horizonte: Editora UFMG.
- CHOAY, Françoise (2001). **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade.
- NORBERG-SCHULZ, Christian (1999). **Arquitectura occidental**. Barcelona: G. Gili.
- PALLADIO, Andréa (1998). **The four books on architecture**. Cambridge: The MIT Press.
- PATETTA, Luciano (1984). **Historia de la arquitectura: antologia critica**. Madrid: H. Blume.
- PELLECCHIA, Linda (1992). **Architects read Vitruvius: renaissance interpretations of the atrium of the ancient house**. In: Journal of the society of architectural historians. Vol. 51. Philadelphia.
- SERLIO, Sebastiano (1996). **Sebastiano Serlio on architecture**. New Haven: Yale University Press.
- SILVA, Elvan (1994). **Matéria, idéia e forma: uma definição de arquitetura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- SMITH, Christine (1992). **Architecture in the culture of early humanism: ethics, aesthetics and eloquence 1400-1470**. New York: Oxford University Press.